



## **MORADORES DE RUA: ANÔNIMOS E INVISÍVEIS PARA A SOCIEDADE**

Graci Leite da Luz (PPGLETRAS - UNEMAT/Sinop)<sup>1</sup>  
[luzgraci@yahoo.com.br](mailto:luzgraci@yahoo.com.br)

Nailde Fernandes de Medeiros (PPGLETRAS - UNEMAT/Sinop)<sup>2</sup>  
[profnaildes27@hotmail.com](mailto:profnaildes27@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar uma realidade vivenciada por alguns moradores de rua na/da cidade de Sinop demonstrando quais as dificuldades enfrentadas por eles; assim como o que fazem para sobreviver num mundo tão competitivo e excludente para uma classe minoritária e sem privilégios, social, econômico e cultural. E, além disso, mostrar como essas pessoas se tornam tão fragilizadas tendo a rua como espaço de moradia e sustento de forma permanente ou temporária. Para tanto, utilizamos como pressupostos teóricos Silva (2006), Sposati (2014), Simões (2014) e outros. A pesquisa tem como tema a população em situação de rua em sociedade e sua relação com o preconceito social e estigma vivenciado no dia a dia pelos distintos sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preconceito. Morador de rua. Sociedade.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to present a reality experienced by some homeless people in/from Sinop showing what difficulties are faced by them; as well what they do for a living in such a competitive and excluding world for a minority class and socially, economically and culturally unprivileged. And, moreover, to show how those people become so weakened having the street like a place to live and to get subsistence in a permanent or temporary way. For this purpose, we use as theoretical assumptions Silva (2006), Sposati (2014), Simões (2014) among others. The research subject is the population living in the streets in society and their relation to the social prejudice and stigma experienced day by day by different subjects.

**KEYWORDS:** Prejudice, homeless people, society.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo demonstrar como é a vida de moradores de rua da cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, e analisar de que forma enfrentam o dia a dia e são vistos pela sociedade.

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPGLetras da UNEMAT/Sinop e Graduada em Licenciatura Plena em Letras também pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop. E-mail: luzgraci@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestranda do PPGLetras da UNEMAT/Sinop e Graduada em Licenciatura Plena em Letras também pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop. E-mail: profnaildes27@hotmail.com



Tomamos como base a Sociolinguística para evidenciar, através do instrumento entrevista, e observar pela fala dos participantes, tais eventos linguísticos.

Sabemos que no Brasil e em nossa sociedade, uma das imagens mais contraditórias é a da desigualdade social. Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, (2004) a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e a falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.

Embora grande parte dos estudos sobre esse tipo de população tenha sido realizada no século XX, há registros já de sua existência desde o século XIV. Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.

Assim, optamos por tratar aqui sobre o preconceito social vivido por estes moradores e demonstrar pelas entrevistas feitas como isso é evidenciado. Visualizamos também como entidades beneficentes lutam para colaborar com aqueles que não têm abrigo, a quem muitas vezes nenhum benefício é oferecido por autoridades governamentais.

Falar em preconceito é algo que nos remete a muitas situações de violência contra o ser humano nos dias atuais. A mídia tem mostrado vários casos de preconceito e violência, principalmente contra homossexuais, mulheres, imigrantes, entre outros. Sendo assim, nos debruçaremos um pouco mais sobre esta temática nos próximos subitens.

### **Contextualizando o espaço pesquisado**

A cidade de Sinop é um município, fundado em 1994, com aproximadamente

160 mil habitantes, localizada ao norte do estado de Mato Grosso. E por ser uma cidade em desenvolvimento contínuo, recebe muitos migrantes de todas as regiões do Brasil. Atualmente a região recebeu muitos migrantes, tendo em vista a construção de duas usinas hidrelétricas na região. Com isso, observa-se grande número de moradores de ruas pelas praças da cidade.

Dessa forma, procuramos estabelecer um diálogo com os sujeitos da pesquisa para verificar se há preconceito por parte da população, tendo em vista que estão à margem da sociedade, ou seja, excluídos de condições sociais, e sabemos que pessoas que moram ou vivem na rua, muitas vezes, não são vistas pela população com bons olhos, principalmente quando estão bêbadas ou sujas.

### **O preconceito social e o fator discriminatório**

Sabemos que o preconceito de classe social é algo bem conhecido no Brasil e vem desde o Brasil-colônia, tendo de um lado os senhores feudais e de outro os escravos e índios, dados recorrentes, mas atuais para esta pesquisa.

Nesse sentido, Silva afirma que para o

Fenômeno da população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui **uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam**. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, **localiza-se nos grandes centros urbanos**, sendo que **as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade**. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase **inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo**. (SILVA, 2006, p.95, ‘grifos da autora’).

Na sociedade capitalista, o trabalho funciona como eixo principal da sociedade e

é compreendido como base da produção da riqueza. Como diz MARX:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela. (MARX, 1984, p. 262).

O modo de produção capitalista e o surgimento do fenômeno população de rua encontram-se, portanto, na separação dos principais sujeitos do processo de produção capitalista. De um lado, o proprietário do capital e dos meios de produção e de outro o trabalhador que dispõe apenas de sua força de trabalho que deve ser vendida para que este consiga sobreviver. Esta condição da vida em sociedade leva a população, que está em situação de rua, a ser considerada inútil, improdutiva, vagabunda e preguiçosa, e estigmatizada por não estar inserida diretamente no mercado formal de trabalho.

Em conformidade com Simões

O efeito de uma colonização baseada na segregação, no domínio pelo poder e pela força sobre aqueles que produziam, não permitiu que nossa cultura, ao contrário de outros países, fosse capaz de superar o estigma que só é cidadão, respeitado e aceito socialmente, quem tem poder de consumo, como bem definiu o antropólogo Darcy Ribeiro (SIMOES, 2014, p.115).

Percebe-se, desse modo, que as políticas públicas no Brasil são políticas paliativas, emergentes, não de inclusão; além disso, o que se oferece em muitos abrigos é insuficiente, ou seja, quando há abrigos, consideram o pobre não necessitado de conforto, tendo em vista que há no imaginário coletivo que é pobre mesmo, basta-lhe apenas uma cama; tal constatação é confirmada na fala de Sposati, que nos alerta dizendo que:

Colchões no chão, sem lençóis ou travesseiros, apenas cobertores que passam de uma pessoa à outra; chuveiro frio; e um pouco de comida rala. Assim vemos muitos mendigos nessas condições de desconforto.

(SPOSATI, 2014, p.114).

Dados da autora nos mostram, ainda, as mais variadas situações dessa população, como: desemprego; perda de autoestima; alcoolismo; uso de drogas; doenças; abandono familiar; entre outras.

Em nossa pesquisa vimos que esta população não está na estatística oficial do governo, pois o censo só faz a pesquisa nas residências, portanto não sabemos quantos brasileiros se encontram nestas condições de vida, tendo em vista que não possuem moradia fixa, e, sendo assim, eles não existem nos levantamentos oficiais.

Por sua vez, o poder econômico e político do país são excludentes, e sabemos que o surgimento desse contingente é consequência de exclusão social; e políticas públicas são quase inexistentes para os que estão nessa situação. Vale ressaltar que constatamos que a maioria são homens, pois na época da pesquisa não encontramos, em Sinop, nenhuma mulher em situação de rua.

O modelo econômico e político do nosso país é aquele que discrimina, pois ao rico, muito; e ao pobre muito pouco. No entanto, em vários contextos, enaltece-se uma sociedade que constrói e mostra valores que nem sempre são verdadeiros, pois são valores que mostram uma realidade vivida pela classe elitizada, que não é alcançada por todos, onde quem não tem aparência do grupo, da classe, da raça, ou do estilo de vida muitas vezes é rejeitado.

Esta pseudoconstrução, no imaginário das pessoas, cada dia, está mais acessível à sociedade por meio de jornais, revistas, televisão e principalmente *Internet*, mídia esta que ajuda a fixar esse modelo de comportamento em que a realidade vivida pela maioria dos brasileiros de classe inferior não é o que se mostra. O que se vê, dessa forma, é um afastamento entre a realidade e a imagem disseminada desta realidade que escamoteia o real e esconde o surgimento dessa população em situação de rua é uma forma de exclusão social em uma sociedade que cada dia exige maior qualificação profissional e muitas pessoas não se inserem neste modelo econômico do país.

Ao entrevistar os moradores de rua, pudemos perceber por meio de suas falas que o preconceito é evidenciado e ratificado pela própria situação a que estão

submetidos, seja por suas roupas ou aparência. Também constatamos que os, entrevistados, vieram de regiões distantes de Sinop em busca de serviço, pois ouviram ofertas de trabalho que a região oferecia. E muitos não encontraram nenhum ofício. Vejamos o que diz um dos participantes:

às vezes as pessoas acha que a gente escolhe essa região por escolher. Não é não. Porque aqui tem mais emprego, tem empresas grandes e agricultura. A gente entende das coisas, a gente não é animal, burro irracional. Entendeu? ( participante 04).

Com isso, constatamos que muitos não conseguiram o emprego que vieram em busca, e as condições financeiras se estenderam para pior, e voltar para o lugar de origem sem nada era vergonhoso; portanto foi a rua quem os recebeu.

### **Política de Assistência Social à população em situação de rua**

A política de Assistência Social, política pública não contributiva, segundo Silva (2006) faz parte do tripé da seguridade social e tem caráter de universalidade, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. A Assistência Social no Brasil é pautada sobre dois pilares principais, a saber: a Constituição Federal de 1988, que imprime as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

Silva (Idem) afirma, ainda, que o marco dessa política data de dezembro de 2003, com a realização em Brasília, Distrito Federal, da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que representou um grande passo na busca de maior densidade da Política de Assistência Social no Brasil. Nesta conferência foi deliberada a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual encontramos a Proteção Social Básica, Proteção Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A Proteção Social Especial é considerada pela 'Política Nacional de

Assistência Social (PNAS)' como:

[...] modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. (BRASIL, 2004, p. 22 *apud* Silva, 2006).

No Brasil, a política nacional para inclusão social da população em situação de rua teve sua aprovação em maio de 2008, embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) já contemplasse esse segmento nos programas e serviços contidos na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A recente política nacional tem como eixos a articulação entre os níveis de governo federal, estadual e municipal, além da interdisciplinaridade e intersetorialidade que caracterizam a integralidade no atendimento.

Para a compreensão do desenvolvimento de programas e projetos que se materializam na forma de serviços nos estados e municípios do país ao segmento populacional que se encontra em situação de rua, faz-se necessária a apresentação dos princípios da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua que são:

- I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- IV - Não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;
- V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008, p. 14).



Estes princípios devem, portanto, servir de “modelo” para a criação e desenvolvimento de programas municipais, estaduais e federais voltados à população de rua. Para que tais princípios sejam efetivados, a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua prevê ainda ações estratégicas nos âmbitos dos direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura.

### **Assistência aos moradores de rua no município de Sinop: considerações analíticas**

Para sabermos como vivem, o que pensam, e o que sentem, entrevistamos 06 (seis) moradores de rua no intuito de verificar o que os levou a essa vida; e também saber como eles se veem diante da sociedade, pois sabemos que as diferenças sociais, “o preconceito elitista e de classe é base para que outros preconceitos surjam” (SPOSATI,2014, p.113).

Quatro deles viviam na rua mesmo e dois deles estavam a pouco tempo em uma casa de apoio, mas anteriormente moravam na rua, e nenhum deles tinha moradia fixa. Eles tinham a idade entre 35 a 54 anos; nenhum era analfabeto; dois possuíam o ensino médio completo.

Utilizamos a entrevista com perguntas semiestruturadas, pois a mesma estabelece uma relação com o pesquisador e os pesquisados atitudes de aproximação, respeito e empatia, fazendo da fala um momento de reflexão e compromisso com a pesquisa. Nesse contexto a entrevista é definida por Haguette (1997, p 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Já, segundo Lüdke e André, a entrevista “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas” (1994, p. 34). Nesse sentido, como defende Mondada, a entrevista deve ser entendida como “um acontecimento comunicativo no qual os interlocutores, incluído o

pesquisador, constroem coletivamente uma versão do mundo” (MONDADA, 1997, p. 59).

As perguntas feitas foram gravadas e transcritas, conforme apresentaremos nesta seção. Quatro (04) participantes foram entrevistados em um refeitório denominado “Casa de Nazareth”<sup>3</sup> e dois (02) numa casa de Apoio<sup>4</sup> para drogados, denominada “Lar Cristão”, gerenciada pela igreja Assembleia de Deus, distante da cidade uns dois quilômetros.

Como afirmamos anteriormente, a situação de excluído evoca sentidos diferenciados. O Participante 01 comprova esta assertiva.

(01) Mas assim, a situação é que quando a pessoa tá na rua é difícil aparecer uma pessoa e falá “ó vem aqui para casa eu vou te ajudá, eu vou te ajudar a estabilizar, arrumar um emprego...” é difícil acontecer isso aí. **A pessoa se torna invisível para outra. Isso aí a pessoa fica jogada ao léu**, mas no caso se você chegar em uma casa batê, “ó tô com fome”; muitas pessoas difícil falar não, ainda acha pessoas solidárias nesse ponto. ( Participante 01, 19/10/2016)

Ainda com relação ao preconceito, Sposati (2014) aponta que ele se estende a muitos segmentos. A fala do Participante 01 aponta que o medo fomenta nas pessoas um processo de marginalização, logo, o indivíduo em situação de rua traz a ideia de que ninguém vai ajudá-lo por considerar perigo para si. Quando ele entende que precisa ser incluído vê a exclusão por não ter pessoas que lhe propicie condições e dignidade humana, como alimentação, emprego, moradia, quesitos básicos para sua sobrevivência e garantia de equidade humana tão bem evidenciada na Constituição Federal/88.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Quando questionado sobre o motivo que o levou a ser morador de rua, o Participante 02 afirmou que:

---

<sup>3</sup> Este é um local filantrópico que oferece, diariamente, refeições a qualquer pessoa que se apresenta em busca de uma alimentação. Trabalho voluntário e gratuito que serve uma média de 80 refeições por dia e todo alimento é doado pela sociedade sinopense.

<sup>4</sup> Casa que abriga moradores de rua usuários de drogas.

(02) **É a situação; é que eu não consegui; é que eu sou um operador de máquina; trabalho com máquina, com colheitadeira, com trator, mas ainda não consegui me engajar em uma fazenda.** Ainda na época que eu bebia eu tinha engajado, mas **eu não dei valor e agora que eu já estou com dois anos que não bebo mais não consigo arrumar um serviço fixo; é o que eu pretendo fazer de agora para frente, daí, em agora, pensar em arrumar, procurar os parentes não na situação que eu me encontro aí na rua jogado.** (Participante 02, 19/10/2016)

Como vimos, a perda do emprego o jogou na rua, e a consciência de que a bebida foi a causa, a vergonha e o preconceito de ser visto nestas condições pela família o impede de voltar para casa e assim os dias passam tendo a esperança de arrumar um trabalho, enquanto isso não acontece permanece na rua.

O Participante 03 relatou-nos que:

(03) **Meu padrão de vida na minha casa era elevado porque eu gosto de passar bem, mais não gosto de me exibir; eu gosto de passar bem.** Para mim aí, **para mim não ficar com vergonha, decepcionado e as pessoas gosta disso de criticar de diminuir os outros, aí a gente muda né... Vai embora de um lugar para outro.** (Participante 03, 19/10/2016).

Conforme se vê, neste excerto, o entrevistado fica impotente de continuar no município de origem para não ser alvo de crítica dos moradores da região, pois, segundo ele, lá tinha um padrão de vida elevado, com certeza era respeitado diante de sua posição econômica. Neste contexto, em consonância com Marx, (1984 p.262) ele era “proprietário do capital e dos meios de produção”, contudo, com a perda do capital ocorre o rompimento e fragilização dos vínculos familiares e com o meio social em que vivia, sendo assim os processos de natureza econômica se constituem como fatores responsáveis por esse rompimento e pela não permanência no seu município.

Para o Participante 04’

**(04 )a gente passa despercebido porque, no meio nosso, fica influído muitas pessoas que usam droga; e muitas pessoas que rouba por aí pela rua e vêm aproveitar da fraqueza da gente e fica no meio da gente para se defender da polícia . Participante (04, 19/10/2016)**

Aqui, fica bem claro, de acordo com este entrevistado, que a sociedade não os vê porque acha que são bandidos , pois no meio deles haveria infiltração de marginais , ladrões, bandidos, que aproveitariam da fraqueza em que se encontram e ali ficariam para se esconder das autoridades policiais.

Conforme o Participante 05

**(05) A rua e o mundo em si ele não oferece muito aconchego para pessoa** porque quem vê uma pessoa na rua não sabe o princípio que essa pessoa foi para rua ou a situação que isso causou nela; **eles não vê que o passado da pessoa, se ela teve uma profissão, se ela tem estudo.** Tem muitas pessoas que estão nas ruas têm profissão, têm segundo grau completo, têm curso superior, têm qualidade de vida. Por uma dependência química elas **acabam chegando a esse ponto, a esse lugar jogado pelas ruas.** (Participante 05,19/10/2016)

Observamos assim, que esses moradores sentem- se “jogados”, ou seja, muitas vezes tratados com compaixão, preconceito, indiferença, mesmo sendo pessoas com profissão e em busca de um trabalho não conseguem por não ter uma moradia fixa. Este senhor nos informou que em todas as empresas que procurou trabalho é necessário um endereço fixo e como ficou com vergonha de informar que vivia na rua, não conseguiu o emprego.As pessoas os veem como indivíduos sem valor, indiferentes para a sociedade.

O Participante 06 diz:

**(06) É muito difícil as pessoas cuidarem .É muito, muito difícil,** mas você acha sim, principalmente pessoas cristã, né, **e algumas pessoas de família que às vezes passaram por isso e pode entender**

melhor e saber que por trás disso existem trabalhadores, existem pessoas que largaram tudo em vista de uma dependência química; hoje, assim, por exemplo, é eu, por exemplo; eu tinha tenho profissão, tinha uma vida, destruí tudo por causa de uma consequência de amizade na minha juventude. Eu acabei é, como é a palavra que eu posso usar correta, é ... me desloquei para essa dependência, né, mais a gente tinha uma vida, uma família, tinha objetivos e ainda tenho, né, mais por consequência do álcool e da droga a gente veio a descer, né. **Claro, sofre, né, pois tem muitas pessoas que não quer saber porque você está lá.** Importa que é o seguinte, né; **não é problema dele, né.** (Participante 06, 19/10/2016)

Percebemos na fala deste morador de rua que o preconceito está muito presente no seu dia a dia, em especial porque as pessoas geralmente julgam apenas pelo que aparenta, ou seja, esta é uma realidade vivida por ele; e em geral ao nos depararmos com um mendigo na rua, é como se ele não estivesse ali, não fizesse parte da nossa realidade. Sendo assim, conforme BAGNO “os milhões de cidadãos pobres que, hoje, não têm acesso pleno à cultura letrada e às formas linguísticas prestigiadas continuarão sendo estigmatizados e mantidos bem distantes das vias de acesso à mobilidade social” (BAGNO, 2003, p. 38).

Nesse sentido, o Participante 04 ainda nos reporta que:

(04) Rapais! Para falar a **verdade pouca gente sabe, pouca gente sabe que eu fico aí, sabe.** O que eu estou precisando de agora... agora... agora mesmo... agora mesmo... que eu tô precisando de agora mesmo é a moça aqui que falou que ia arrumar uma passagem para mim e ainda não arrumou. Igual eu te falei, **pouca gente sabe que eu estou nessa situação; eu ando sozinho também, não ando com maloca; eu ando sozinho catando lata.**

O que nos chamou a atenção neste senhor foi que ele vive na rua há mais de três anos, mas as pessoas nem imaginam que ele é um morador de rua. Todos os dias ele fica ora pela praça da cidade ora sai a catar latinhas; toma banho nos postos de gasolina e sempre está limpo, assim, ninguém percebe que é morador de rua; e não quis nos dizer



onde dorme; disse apenas que dorme em um lugar que, se soubessem não o deixariam dormir mais lá.

Por conseguinte, precisamos nos lembrar de que essa população faz parte da nossa sociedade, e, portanto, possuem os mesmos direitos perante as leis, assim sendo, nosso pensamento sobre moradores de rua deve ser revisto, pois, no mínimo, devemos tratar essa população com mais dignidade, independente da situação socioeconômica em que cada um se encontra.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no decorrer dessa pesquisa, que as pessoas que vivem ou moram nas ruas estão sempre expostas à violência; disputando seus espaços, seus objetos pessoais, convivendo com o mundo das drogas ou álcool; e ,como eles mesmos se referiram, sendo “invisíveis” para a sociedade, e negligenciados por parte dos governantes.

Com base na análise destes dados, pode-se perceber que os entrevistados em situação de rua são, em sua maioria, provenientes de outras localidades. Fato, este, que se explica talvez porque cidade faz construir no imaginário social a facilidade de empregos, como a construção da usina hidrelétrica que está no auge da mídia nacional, e também os meios de comunicação evidenciam o município como a “capital do nortão” a qual, mesmo não sendo uma grande metrópole, tende a atrair indivíduos devido a sua principal característica, que é a oferta de trabalho para todos . No entanto, ao não conseguirem emprego, muitos indivíduos, devido ao custo de vida elevado na cidade, acabam por se estabelecer na situação de rua.

Já nessa situação, eles buscam apoio onde oferecem algum benefício para o seu trajeto no dia a dia , como exemplo a Casa Nazareth, que oferece alimento (almoço) todos os dias a qualquer pessoa que ali busque se alimentar. Vale ressaltar que a coordenadora da Casa traz sempre uma palavra de estímulo antes de cada refeição, ora uma leitura, ora uma fala sobre o sentido da vida para quem já perdeu a esperança de

dias melhores.

Também foi percebido, na pesquisa, que os órgãos públicos não têm nenhum abrigo que possa acolher essas pessoas; há, apenas, uma casa que oferece precariamente um pouso, mas não podem permanecer ali, apenas de passagem. Assim sendo, poucos deles conseguem sair das ruas, e quando conseguem algum lugar, é através do acolhimento de entidades religiosas que se empenham com recursos precários em ajudá-los; percebe-se, assim, que há a necessidade de políticas públicas para atuarem com moradores de rua para que essa situação seja modificada.

Esses moradores, como vimos, sofrem preconceito, violência, e não têm acesso a bens públicos como alimentação, saúde, moradia, entre outros; para sobreviverem, alguns catam latinhas nas ruas para reciclagem; o mais difícil, na fala deles, é à noite, pois dormem em lugares desprovidos de segurança. A maioria dos entrevistados dorme nas portas da Catedral local, pois ali disseram ser mais protegidos da chuva, mas alguns dormem onde convier. Como um deles que não quis informar onde dormia com medo de ser expulso do local onde dorme, assim, embora um lugar exposto, quem sabe uma construção inacabada, para ele é um lugar seguro, mas vale lembrar é rua.

Esperamos que com esse artigo possamos mostrar às pessoas que o morador de rua é um ser humano como qualquer outro e que necessita, sim, de ajuda e acolhimento da sociedade, principalmente política.

## **Referências bibliográficas**

BAGNO, M. **A Norma Oculta: língua & poder na sociedade**. São Paulo. Parábola editorial:2003.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Serviço Social** - Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Dispõe sobre a profissão Serviço Social.

HAGUETTE, T. M. F.. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1994.



MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. vol. 1, tomo 2. São Paulo: Abril, 1984.

MONDADA, L. A **entrevista como acontecimento interacional:** abordagem linguística e interacional. RUA, n. 3, 1997.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS. Brasília, 2004. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 56/2007, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Ed.

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, (2006).

SIMÕES, R. Cidadãos de segunda classe. In: PINSKY Jaime (Org.). **12 faces do preconceito.** São Paulo: Contexto, 2014.

Recebido Para Publicação em 12 de março de 2017.

Aprovado Para Publicação em 13 de maio de 2017.